



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Classes sociais, geração e Serviço Social

Sub-eixo: Envelhecimento

O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E SUA RELAÇÃO COM A POLÍTICA PARA PESSOA IDOSA NO BRASIL

DANIELA CASTAMANN ¹
JUSCIENE MARIA DE LIMA DIAS ²
PAULA BRUNA DA SILVA ³

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo conhecer e analisar o processo de envelhecimento na sociedade capitalista e seu reatamento na construção das políticas públicas para a população idosa, considerando a pluralidade do envelhecer, tendo o domínio econômico capitalista sobre a classe trabalhadora e os desafios enfrentados para efetivação de políticas sociais. Utilizou-se levantamento bibliográfico, de natureza qualitativa. A percepção em torno da velhice resulta em estereótipos, preconceitos e estigmas sociais que perpassam gerações, onde trabalho, classe social, fatores biológicos, psicológicos e sociais reagem entre si e influenciam diretamente no modo de envelhecer dos indivíduos.

Palavras-chave: envelhecimento; trabalhador; políticas públicas.

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual Do Paraná - Campus Apucarana

2 Profissional de Serviço Social. Universidade Estadual Do Paraná - Campus Apucarana

3 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual De Maringá

ABSTRACT: This work aims to understand and analyze the aging process in capitalist society and its impact on the construction of public policies for the elderly population, considering the plurality of aging, having the capitalist economic domination over the working class and the challenges faced to implementation of social policies. A bibliographic survey of a qualitative nature was used. The perception around old age results in stereotypes, prejudices and social stigmas that permeate generations, where work, social class, biological, psychological and social factors react with each other and directly influence the way individuals age.

Keywords: aging; worker; public policy.

1 INTRODUÇÃO

Desde a antiguidade para muitas sociedades o processo de envelhecimento e a velhice propriamente dita, são motivos de estereótipos e estigmas preestabelecidos, ainda que seja algo inerente ao ser humano e uma certeza para quem tiver longos anos de vida. Todavia, o modo como se vive o percurso desta trajetória de vida irá ditar como será a velhice das pessoas, podendo ser vista como uma fase de descanso e oportunidades para aproveitar com tranquilidade a vida ou marcada por dificuldades, preconceitos e desafios.

Do que se conhece por sociedade, desde os seus primórdios os indivíduos foram passíveis de rótulos, por serem poucos os que chegavam à idade longa, estes eram reconhecidos com certa estranheza ou veneração, fazia parte da construção societária. Assim conhecer tais fatos permite compreender como a pessoa idosa era tratada e, como ao longo dos tempos certas ideologias continuam sendo reproduzidas, ainda que de forma mais velada.

Um dos fatores que influenciou o tratamento dispensado a quem envelhecia foi o pertencimento a uma determinada classe social, pois quem detinha de poder aquisitivo e pertencia à classe burguesa, envelhecer oferecia ainda mais prestígio ao indivíduo, geralmente pelo acúmulo de bens adquiridos ao longo da vida. Entretanto, se a pessoa idosa pertencia a uma classe social menos abastada, por vezes era reconhecido como um estorvo e largado a própria sorte, afinal, quem não possuía vitalidade para ajudar no sustento, trabalhar e ir para guerras, era considerado um fardo social para a sociedade. Ademais, a questão de gênero significou outro fator importante, pois as mulheres idosas eram acusadas de bruxaria por terem longos anos de vida e muitas foram queimadas vivas, sem qualquer tipo de defesa.

Assim a velhice é uma construção histórica, marcada por ambiguidades a qual não reconhece a pessoa idosa como um ser heterogêneo, todos são colocados socialmente numa única categoria. Deste modo, muitos temem envelhecer, não sabem o que lhes aguarda nessa fase de vida, pois socialmente a pessoa idosa não escolhe seu lugar, esse é previamente estabelecido e reproduzido por gerações. O avanço científico e tecnológico ampliou a longevidade dentro de um processo natural do ciclo de vida, porém não atingiu todas as pessoas. Ao analisar os contextos sócio-históricos, políticos e econômicos das sociedades percebeu-se que o processo de envelhecimento não é homogêneo, mas sim heterogêneo para as diferentes classes sociais.

No Brasil, desde o final da década de 1960, a partir do avanço medicinal, queda da taxa de natalidade, inserção das mulheres no mercado de trabalho, maior número de mortes entre jovens, culmina no aumento da expectativa de vida e com isso inicia-se uma atenção voltada para a população envelhescente obtendo-se maior compreensão sobre as particularidades do processo de envelhecimento.

Na atualidade, o envelhecimento pode ser considerado um fenômeno nunca visto e que, em pouco tempo, irá ultrapassar o número de jovens em escala global, onde através de pesquisas mais recentes, realizadas em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta que num período de dez anos o número de idosos irá corresponder a 17,4% do total do número de habitantes. Para o ano de 2031 a projeção é pela primeira vez que a população

idosa supere o número de crianças e adolescentes com idade entre 0 e 14 anos de idade. Entretanto, deve-se levar em consideração o período pandêmico vivido mundialmente e este irá alterar tal projeção devido ao número de mortes causadas pela Covid-19, onde 67,9% dos mortos por Covid-19 até 31 de outubro de 2021 foram de idosos com 60 anos ou mais, com um total de 394.860 mortes nessa faixa etária. Com uma queda de 7,7 pontos percentuais em relação ao que era observado na mesma data do ano de 2020 devido a falta de vacinas e vacinação (PODER 360, 2021).

Por isso, é preciso deixar estigmas de lado para entender essa fase em sua totalidade, não é pela pessoa envelhecer que não agrega mais valor na sociedade, pelo contrário, possuem experiência de vida, conhecimentos diversos e que por vezes não são valorizados pela exaltação social do “novo, do jovem, do belo aos olhos”. Com o capitalismo e diretrizes do ideário neoliberal comandando a sociedade burguesa, tais problemáticas são acirradas e enraízam o meio social, ditando o modo de viver dos indivíduos, de forma camuflada, onde a população tem sua vida controlada e expropriada. Aliado à desresponsabilização do Estado, tais medidas colocam grande parte dos indivíduos à margem da sociedade burguesa, em situação de vulnerabilidade social, pobreza, violação de direitos, dentre outros, as quais se agravam à medida que a pessoa envelhece e perde seu “valor de uso” para o capital.

Deste modo, inseridas no meio acadêmico, em discussões durante as disciplinas cursadas no processo de formação profissional e na realização do estágio obrigatório considerou-se relevante abordar a temática para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) : “como se dá o processo de envelhecimento estando inserido em uma sociedade capitalista e quais as implicações para as políticas públicas brasileiras?” na perspectiva de aprofundar mais os conhecimentos sobre a questão e provocar análises e debates de como o envelhecimento vem sendo reconhecido e tratado na atualidade.

Em relação aos procedimentos metodológicos utilizou-se conforme Minayo (1994), a pesquisa de natureza qualitativa, que se preocupa com uma realidade que não pode ser quantificada, e responde a questões muito particulares. Ela tem como

foco o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, os quais serão relevantes para a compreensão dos fatos apresentados neste trabalho.

Teve-se como parâmetro metodológico a pesquisa bibliográfica, que segundo Lima e Miotto (2007, p. 38) “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório”. O levantamento bibliográfico se refere a classificação do material como fonte de pesquisa, livros, coletânea de textos, teses e dissertações, periódicos, realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos (LIMA; MIOTTO, 2007).

Para a profissão de Serviço Social, a importância de discutir o tema em questão é caracterizado pela perspectiva dos direitos humanos e sociais:

Desse modo, as demandas de atendimento apresentadas pela população idosa acompanham as necessidades humanas presentes nessa sociabilidade, sendo possível identificar que essas necessidades se alteram, cornificam-se, em decorrência da condição de vida dessa população. O assistente social, ao exercer sua competência articuladora, deve atentar-se às ações desenvolvidas na rede de atendimento, uma vez que as demandas também se alteram e os serviços ofertados via políticas públicas devem “acompanhar” e, na melhor das hipóteses, antever essas alterações. (TORRES, 2020, p.60).

Os assuntos que envolvem o acesso e garantia de direitos devem ser discutidos, para que a pessoa idosa tenha sua participação e cidadania social exercidas de maneira efetiva, haja vista, que grande parte desses indivíduos estão alheios à esfera pública. A trajetória individual a que a pessoa idosa esteve submetida durante toda sua vida, está intrinsecamente articulada a fatores econômicos, classe social, sob a ótica de uma cidadania regulada e marcada por profundas desigualdades sociais, onde o assistente social, em seu trabalho com políticas públicas irá ter participação na construção de cidadania dos indivíduos (NERI, 2007).

2 FATORES BIOLÓGICOS, PSICOLÓGICOS, SOCIAIS E SUAS INTERFERÊNCIAS NA VIDA DAS PESSOAS IDOSAS

O crescimento da população e de sua longevidade, em números absolutos e relativos, é um fenômeno mundial, vem ocorrendo de uma forma sem precedentes, atingindo todas as classes sociais. O envelhecimento não é uma realidade vivida

igualmente em nossa sociedade por todos os indivíduos, suas particularizações e configurações são dadas segundo as condições materiais de inserção dos sujeitos no movimento da produção e reprodução social. Processos que resultam em estatutos diferenciados à velhice, respeitando a condição de classe, gênero, *status* e hierarquias sociais (TEIXEIRA, 2008).

Algumas características são para Duarte (2008), intrínsecas ao envelhecimento: é universal, por ser algo natural, que ocorre independente da vontade dos indivíduos, pois, todo ser nasce, se desenvolve, cresce, então envelhece e por consequência a morte, marcadas em cada fase por seus próprios desafios. É irreversível, mesmo com todo avanço da medicina, nada inibe o implacável fenômeno biológico, tampouco o faz reverter.

Completando tal pensamento, a velhice, para Simone de Beauvoir (2018, p.13) é:

Um fenômeno biológico: o organismo do homem idoso apresenta certas singularidades. A velhice acarreta, ainda, consequências psicológicas: certos comportamentos são considerados, com razão, como características da idade avançada. Como todas as situações humanas, ela tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história. Por outro lado, o homem não vive nunca em estado natural; na sua velhice, como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade à qual pertence [...] não basta, portanto, descrever de maneira analítica os diversos aspectos da velhice: cada um deles reage sobre todos os outros e é afetado por eles; é no movimento indefinido desta circularidade que é preciso apreendê-la”.

O organismo humano ao longo dos anos passa por processos comuns a todos os seres vivos, é comprometido por diversas agressões exteriores, nocivos ao bem-estar, assim como o desgaste natural a que o corpo está submetido. Há mudanças na aparência, como os cabelos que aos poucos vão embranquecendo, a pele perdendo elasticidade, tornando visíveis as rugas, assim como a musculatura é abatida pela atrofia e o esqueleto se fragiliza. De fato, envelhecer é uma trajetória progressiva, já descrito biologicamente no código genético de cada indivíduo vivo.

Há entre a velhice e a doença uma relação de reciprocidade, segundo Beauvoir (2018), onde a doença acelera a senilidade, e a idade avançada predispõe a perturbações patológicas em particular aos processos degenerativos que a

caracterizam. Raramente se encontra o que seria “velhice no estado puro”, onde as pessoas idosas são acometidas de patologia crônica, na qual a soma de involução do organismo ocasiona a perda de energia em que ninguém escapa, sendo possível apenas esforços físicos limitados, porém não associa velhice às doenças, uma vez que ficar doente é um acidente, enquanto envelhecer é a lei da vida.

O psicológico, assim como o corpo físico também é afetado de alguma forma e varia de acordo com cada pessoa, podendo resultar em:

[...] dificuldade de se adaptar a novos papéis; falta de motivação e dificuldade de planejar o futuro; necessidade de trabalhar as perdas orgânicas, afetivas e sociais; dificuldade de se adaptar às mudanças rápidas, que têm reflexos dramáticos nos velhos; alterações psíquicas que exigem tratamento; depressão, hipocondria, somatização, paranoia, suicídios; baixas autoimagem e autoestima. (ZIMERMAN, 2000, p. 24).

Não ter controle sobre o que a velhice acarretará, não saber lidar com o futuro incerto, traz inquietações, haja vista, a consciência do tempo que passou e não volta mais é por vezes implacável com as memórias que permeiam o consciente de um passado e seus feitos. É desconhecido por muitos que é entre os idosos as maiores taxas de tentativas de suicídio com probabilidades de sucesso.

Segundo dados do Ministério da Saúde, divulgados em 2017, há entre os idosos uma alta taxa de mortalidade causada por suicídio. Na faixa etária de 69 anos, foi registrada uma taxa de 7,7% de mortes por cem mil habitantes, entre os idosos com 70 anos ou mais a taxa é ainda maior, com 8,9% por cem mil. Esse número é elevado quando se comparado com a taxa média do Brasil que gira em torno de 5,5% para cada cem mil habitantes e é mais recorrente entre pessoas idosas do sexo masculino (BRASIL, 2017).

Há também a interferência social, que gera expectativas em como os indivíduos devem se comportar, reproduzindo senso comum e colocando a pessoa em um conjunto de regras de como viver. Teixeira (2008), ressalta que o homem envelhece sob determinadas condições de vida, resultado de sua posição nas relações de produção e reprodução social, não há como generalizar, pois os homens não vivem e não se reproduzem como iguais, antes, são desiguais nas relações que estabelecem na produção da sua sociabilidade, principalmente na sociabilidade

fundada pelo capital, em que as desigualdades sociais lhe são característicos, altamente reproduzidos e ampliados no envelhecimento do trabalhador. Deste modo o envelhecimento se torna um problema social em decorrência dessas desigualdades sociais criadas pela estrutura produtiva e social.

É nessa correlação de fatores que se submete a vida dos indivíduos e criam efeitos sobre si, aprofundando situações, que refletem diretamente no processo de envelhecimento de toda sociedade, tendo os detentores dos meios de produção poder sobre aqueles que podem apenas oferecer sua mão de obra como mercadoria para sobreviver.

3 TRABALHO E SUA RELAÇÃO COM ENVELHECIMENTO

Conhecer a história de como ocorreram as transformações sociais é primordial para se compreender como o trabalho se tornou contraditório da categoria fundante do ser social para objeto de divisão de classes, que se precarizou, virou mercadoria e provoca segregação, em especial de para quem está envelhecendo, resultado das circunstâncias a qual o capital antes mesmo de assim ser denominado impõe à classe trabalhadora, seja em países desenvolvidos ou emergentes, homem ou mulher, em uma constante e perversa relação de produzir e reproduzir a já histórica relação de subordinação capital e proletariado.

Sendo afetado por múltiplos fatores, que podem ser positivos ou negativos, inseridos na sociedade que está em constantes mudanças, ao qual exige dos indivíduos adaptações rápidas e o modo de viver de todos é afetado, Teixeira (2008, p.30) traz que:

É a classe trabalhadora a protagonista da tragédia no envelhecimento, considerando-se a impossibilidade de reprodução social e de uma vida cheia de sentido e valor na ordem do capital, principalmente, quando perde o "valor de uso" para o capital, em função da expropriação dos meios de produção e do tempo de vida. Portanto, não é para todas as classes que o envelhecimento promove efeitos imediatos de isolamento, exclusão das relações sociais, do espaço público, do mundo produtivo, político, artístico, dentre outras expressões fenomênicas dos processos produtores de desigualdades sociais.

Assim sendo, para se ter meios de sobreviver é necessário produzir, para tal é necessário se ter os meios de produção ou estar disponível ao mercado e vender sua força de trabalho, de onde provém o salário e, como a autora menciona acima, o

envelhecer tende a ser para a classe trabalhadora repleta de desafios, afinal, vender sua mão de obra ao capital é o único meio de sobreviver da maioria das pessoas. Com cada vez mais concorrentes para o trabalho, que produz e reproduz a desigualdade social entre classes para que assim, num ciclo constante de produção e reprodução social, a vida prossiga, de um lado gerando riquezas para uns, ao passo que coloca ou mantém outros em condições não tão favoráveis.

Segundo sugerem economistas, no trabalho se tem origem toda riqueza, levando-se em consideração que a natureza fornece os materiais necessários para serem modificados e gerarem tais riquezas, então o trabalho pode ser assim entendido, entretanto, ele vai muito além disso, ele “é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. (ENGELS, 2006, p.1).

Pode-se então notar que o trabalho é quem movimenta o mundo, que provoca divisões sociais e dita como se vive, ainda mais quando por trás deste trabalho estão no comando ideologias neoliberais, que veem cifras e não pessoas, que visam lucros acima de tudo, onde quem detém os meios de produção determina como as regras são feitas. Com tais relações sociais se modificando e tornando-se cada vez mais complexas, com o advento do modo de produção capitalista, modifica-se de vez o sentido do trabalho. Diante da apropriação privada dos meios de produção, o trabalho faz com que o indivíduo não se reconheça como sujeito, invertendo seu caráter livre, consciente e universal onde se torna alienado do objeto que ele mesmo criou (BARROCO, 2003).

Os indivíduos já não podem mais desfrutar como antes daquilo que produziram, são realocados socialmente, o interesse é a mais-valia, o trabalho perde totalmente sua conotação emancipadora, num meio de produção global, marcado pela exploração do homem pelo homem. O ser social passou a conviver com diferenças extremamente gritantes entre si, a pobreza e miséria de uns é essencial para a existência e crescimento do outro, onde o trabalho perde o valor de uso, vira mercadoria, passando a ter valor de troca.

Esse controle do sistema capitalista sobre a classe trabalhadora desvaloriza os indivíduos enquanto ser social, embora durante o percurso encontre algumas

resistências, seu domínio é inevitável, independentemente de idade, a falsa liberdade que muitos acreditam ter é estratégia de controle muito bem arquitetada pelo capital. Como destaca Mészáros:

estes (trabalhadores) são reconhecidos como 'sujeitos' legitimamente existentes apenas como consumidores manipulados de mercadorias". O capitalismo redefine o sentido de "utilidade", ao qual tudo deve-se conformar, tanto para as coisas, quanto para as relações e as pessoas, definido como o que é vendável lucrativo; lógica a qual os seres humanos devem ajustar-se, provando sua "viabilidade produtiva", ou perecer, caso não consigam se adaptar. (MÉSZÁROS apud TEIXEIRA, 2008, p 56).

Deve ser considerado também que nem todos querem parar de trabalhar, seja pelo fato de sua aposentadoria não ser suficiente para a garantia da sua sobrevivência ou ter o pensamento que a quebra de rotina, ou aposentar-se é um preparativo para morte. Tal consideração também se deve, ao fato dos pensamentos inseridos socialmente, do produzir e ser ativo. O envelhecimento, entretanto, deve ser pensado no ritmo de seu crescimento, logo mais o número de aposentados será superior ao daqueles que fazem parte do grupo economicamente ativo. Mas se ao envelhecer a pessoa é descartada, não é considerada como indivíduo lucrativo, se a aposentadoria não é suficiente, o que se pode esperar então?

Nesta conjuntura, para Paiva (2012), o Banco Mundial (BM), através do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), traz vários dados sobre a questão do trabalho no mundo. Em seu discurso, grande parte dos países estão com o sistema previdenciário defasado, por terem sido elaborados em outras épocas as quais não se tinham os "problemas" com o número elevado de pessoas idosas como atualmente. A economia tem um maior número de pessoas que necessitam de pensões, trabalhando na informalidade, dentre outros fatores, aos quais os países não se preparam para atender. Com sua ideologia neoliberal, o BIRD tem colocado como estratégias estender por maior tempo os anos de trabalho, flexibilizar contribuições previdenciárias de acordo com a renda individual, além das restrições a benefícios por invalidez.

Com tal cenário, a realidade que se desenha é a inserção de pessoas idosas novamente no mercado de trabalho, seja ela como for, isso possibilita a sobrevivência de muitas pessoas e suas famílias, pois são chefiadas por pessoas

idosas. Elas estão à mercê da flexibilização do trabalho cada vez mais presente na atualidade e que aprofundam ainda mais o controle sobre a vida do trabalhador, afinal, “no mundo capitalista, o interesse a longo prazo não conta mais: os privilegiados que decidem o destino da massa não temem partilhá-lo.” (BEAUVOIR, 2018, p. 11).

Tal situação de descaso pode ser presenciada recentemente em nível global, devido a epidemia que se alastrou pelo Novo Coronavírus (COVID-19). Em uma pesquisa realizada pela ConVid - Pesquisa de Comportamentos, coordenada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), mostra como a renda das pessoas idosas foram afetadas, em que se teve diminuição de renda ou até mesmo ficaram sem nenhum tipo de rendimento.

Deste modo, antes da epidemia: 42% das pessoas idosas trabalhavam sem vínculo empregatício, tendo um salto para 55% o número de idosos sem vínculo formal durante o momento pandêmico. A coordenadora do Grupo de Informação em Saúde e Envelhecimento (GISE) e integrante da equipe da pesquisa ConVid, a pesquisadora Dalia Romero (apud FIOCRUZ, 2020, p.1) alerta que “não seria correto afirmar que os idosos representam uma população dependente. O último censo já havia apontado que os rendimentos de pessoas com mais de 60 anos são essenciais para cerca da metade da renda dos domicílios brasileiros”.

Tais dados denotam a importância de mecanismos de proteção para a população idosa, no início da epidemia no Brasil em 2020, ficou evidente como esses indivíduos estavam mais vulneráveis. Muitos sem opção, não puderam cumprir sequer a indicação básica de isolamento, que foi orientada pelos órgãos de saúde, se expondo a riscos, alguns ainda estavam em exercício de atividades consideradas essenciais:

“É necessário que haja políticas sociais, o governo não pode perder de vista a importância de aliar a manutenção do isolamento à garantia de suporte econômico, já que muitos idosos sustentam suas famílias”. Eles não podem ser obrigados a ir para a rua, isso é mandá-los para a morte. (FIOCRUZ, 2020, p. 1) (grifo da autora).

O percentual de pessoas idosas que estavam exercendo atividades em categorias consideradas essenciais é de 34%, dentre o total dos que trabalharam

durante a epidemia e entre as mulheres, esse percentual é de 37%. Também como resultado, as pesquisas da Covid-19 colocam que de cada dez domicílios, quatro têm ao menos um morador pessoa idosa e 18% deles moram sozinhos. “Assim, o isolamento social de todos e a rede de assistência social e de atenção básica é fundamental para garantir a saúde de toda a população. Cuidar do idoso é cuidar de todos, é cuidar do país.” (FIOCRUZ, 2020, p. 2).

Dessa forma, fica evidente que o tempo de vida do trabalhador é expropriado pelo capital e seu poder de controle social. Depois de tirar tudo que podia do trabalhador e esse já não ter mais serventia, ocupam-se em negar os mínimos para uma sobrevivência digna e se ocupam desse pensamento ser enraizado socialmente:

Os velhos que não constituem qualquer força econômica não têm meios de fazer valer seus direitos: o interesse dos exploradores é o de quebrar a solidariedade entre os trabalhadores e os improdutivos, de maneira que estes últimos não sejam defendidos por ninguém. Os mitos e os clichês postos em circulação pelo pensamento burguês se aplicam em mostrar o velho como um outro. (BEAUVOIR, 2018, p.9).

Fica assim evidente que há divisões de classe sociais, onde não se coloca condições estruturais para um envelhecer com dignidade. O desmonte de políticas públicas e direitos desta população que por vezes é marginalizada e que sequer tem reconhecimento como semelhante daqueles que no futuro serão indivíduos que necessitarão também de maior atenção por parte da sociedade burguesa. Afinal, em uma sociedade capitalista, impregnada de ideologias e estereótipos, a seletividade dos indivíduos é certa e, é neste cenário que infelizmente se encontra grande parte da população, não só no Brasil, mas em todo o mundo, pessoas idosas lutando pela sobrevivência.

4 ENVELHECIMENTO E POLÍTICAS SOCIAIS: INTERLOCUÇÃO NECESSÁRIA

A velhice não ocorre da mesma forma para todas as pessoas, conforme exposto os fatores físicos, psicológicos, sociais, as questões do mundo do trabalho, as transformações societárias, além de culturalmente o “jovem” ser exaltado e o considerado “velho” ser desprezado. O que ocorre aos que ficaram subordinados aos ditames capitalistas, tiveram sua vida expropriada e não houve tempo nem

meios de se preparar para a fase da velhice? Há socialmente oportunidades de preparo para velhice? Como o Estado se porta perante as mazelas da questão social? É interessante que a população seja instituída de seus direitos? Ou é melhor os indivíduos serem disciplinados conforme determina o capital?

Enquanto brasileiros, indivíduos que contribuíram e ainda cooperam na economia, na modernização e no crescimento do país, ainda que não inseridos formalmente no mercado de trabalho, o que se espera é que enquanto cidadãos tenham do Estado o devido respaldo, afinal, legalmente todos os indivíduos estão protegidos, como colocado na Constituição Federal de 1988. No entanto, tem-se um Estado omissivo, que restringe a colocar os interesses da classe hegemônica acima das necessidades humanas da classe explorada, em uma constante relação conflituosa que não deveria existir, uma vez que:

Política pública, como já indicado, não é sinônimo de política estatal. A palavra pública, que sucede a palavra política, não tem identificação exclusiva com o Estado. Sua maior identificação é com o que em latim se denomina de *res publica*, isto é, *res* (coisa), pública (de todos), e, por isso, constitui algo que compromete tanto o Estado quanto a sociedade. É, em outras palavras, ação pública, na qual, além do Estado, a sociedade se faz presente, ganhando representatividade, poder de decisão e condições de exercer o controle sobre a sua própria reprodução e sobre os atos de decisões do governo. (PEREIRA, 2008, p.94).

Portanto é algo de caráter popular, público, do povo, ainda que esteja ligada ao Estado, sua ingerência usa de autoridade para controlar a sociedade, uma vez que ambos, poder público e sociedade possuem interesses que se divergem, o que acarreta também em demandas divergentes. Com a influência direta do capital, o Estado, que deveria atender aos interesses de sua população se depara com outros interesses onde entra a correlação de forças, de Estado, capital e sociedade, instala-se a contrariedade do que foi citado acima, a coisa pública em detrimento de outros interesses.

As políticas públicas são atualmente voltadas aos aspectos assistencialista, meritocrático, permeada de uma lógica seletiva, decorrentes dos modelos de Estado, que priorizam ações neoliberais, que repercutem para toda sociedade. Como colocado por Guerra (2014), são as faces de um Estado gerencial, penal e assistencial, que administra os interesses da burguesia e causam impactos sem

precedentes nas políticas sociais, que com sucessivas contrarreformas, tornam os serviços focalizados, precarizados, utilizados de modo a administrar a pobreza, e privilegiar a barbárie capitalista permeadas socialmente, de modo subjetivo, naturalizado e reforçado em pequenas ações do cotidiano, despercebidas, mas que controlam a todos em tempo integral.

Envelhecer é sinônimo de lutas e conquistas que refletem toda sua caminhada, por isso a importância de olhar com atenção os condicionantes postos socialmente. Tem-se como grande desafio atual o empecilho de não apenas fundamentar ou justificar os direitos adquiridos, mas sim, protegê-los:

A emergência da necessidade de proteção dos direitos, para a sua efetivação, atinge todo o rol de direitos fundamentais aos indivíduos, mas, principalmente, os direitos sociais, que necessitam de um aparato estatal que os regule, controle e proteja. Tal tarefa é bastante complexa e torna-se um pouco mais difícil nos dias atuais, num mundo marcado pela globalização e administrado, em grande parte, pelo neoliberalismo, presente em praticamente todos os setores, ao pregar uma política de minimização do Estado como promotor da sociedade civil, e sua maximização para a fluência do capital. (FERREIRA; TEIXEIRA, 2014, p. 164-165).

O destino precário a que estão submetidos grande parte da classe proletária idosa não é apenas uma consequência natural, mas uma opção dada socialmente. A condição estrutural a que os trabalhadores foram submetidos na história do Brasil refletiu diretamente em todos os campos onde os direitos foram conquistados. Através de lutas e reivindicações que na atualidade são até mesmo desconhecidas para alguns, mas que levaram muito tempo e esforço para serem colocadas no papel.

Se durante a vida, não se colocassem tantos empecilhos para viver dignamente e não destinassem os indivíduos a uma sobrevivência, esses teriam sem dúvida, uma velhice melhor, com mais qualidade de vida. Entretanto, como traz Beauvoir (2018), a sociedade capitalista que quer o lucro e riqueza, vai fazer de tudo para consegui-lo, indo ao máximo de exploração dos trabalhadores:

[...] quando eles se acabam, são jogados fora e substituídos por outros, confiando-se em que o Estado lhes conceda uma esmola. Pois toda essa discussão seria ociosa se o aposentado recebesse uma pensão confortável. Deveríamos então, felicitar-nos pelo fato de se conceder a ele o mais cedo possível o direito ao descanso. Dada a miséria à qual é condenado, sua dispensa aparece mais como uma negação do direito ao trabalho. Longe de descansar, ele é frequentemente obrigado, como vimos, a aceitar trabalhos penosos e mal remunerados. (BEAUVOIR, 2018, p. 244-245).

Desse modo, é vergonhosa a condição que são colocados os que envelhecem, não considerando suas reais necessidades. Complementando o que foi acima colocado, Beauvoir (BEAUVOIR, 2018), é ainda mais revoltante o fato de que essa mesma sociedade tem essa consciência, mas se acomodou tão facilmente, fechando os olhos para diversos direitos violados, abusos, escândalos e que, essa indiferença surpreende pelo fato de que a população não leva em consideração de que também seu futuro está em questão. Uma atitude talvez explicada por que “é a classe dominante que impõe às pessoas idosas seu estatuto; mas o conjunto da população ativa se faz cúmplice dela” (BEAUVOIR, 2018, p. 227).

As propostas de melhoria que surgem no cenário público, foram em contextos de lutas sociais, reivindicações, entretanto, surgem com critérios que não consideram as condições objetivas de vida e reivindicações, principalmente dos mais pobres, que por vezes colocam nos indivíduos reforçadores de sua responsabilidade individual e qualidade de vida na velhice, mas que cumpre com as atividades de responsabilidade pública, onde Estado e capital se vêm esporadicamente obrigados a dar condições ainda que mínimas à sobrevivência aos demais.

Nesse contexto, as políticas que integram os direitos na seguridade social se esbarram em adversidades que interferem no seu mecanismo de proteção. Com o avanço da mercantilização das políticas públicas, em que se restringe a previdência a quem contribuir, a saúde mesmo sendo universal sofre com a precarização de seus serviços, acaba por não atender tamanha demanda a ela dirigida e ao se limitar o acesso da assistência social a quem dela necessitar, inseridas em um contexto de profundas desigualdades sociais, uma grande parte da população brasileira não acessa devidamente seus direitos.

Na atual conjuntura, Mota (2008) coloca que, a burguesia busca uma remodelagem social em que coloca o cidadão de direitos como consumidor, o trabalhador passa à contribuinte autônomo, quem está desempregado em beneficiários da assistência social. Com a expansão do desemprego, os indivíduos não fazem sua contribuição com a previdência, de modo que a assistência social é

acionada e algo que deveria compor a proteção social, passa a ser a única proteção social do indivíduo.

O acesso da política de assistência social não propriamente quer dizer que outras políticas públicas não funcionem por completo, mas são resultantes dos impactos do que deveria ser assegurado a população, onde o existente é que:

o retrocesso no campo dos direitos já consolidados na esfera da saúde e da previdência e a relação entre trabalho e assistência social em tempos de desemprego e precarização do trabalho. O desdobramento no Brasil real parece indicar que, mais uma vez, o grande capital utiliza o social como pretexto para ampliar seu espaço de acumulação [...] posto que a partir de então a tendência é ampliar as ações compensatórias ou de inserção, antes restritas àqueles impossibilitados de prover seu sustento e, ao mesmo tempo, impõe novas condicionalidades de acesso aos benefícios sociais e materiais. (MOTA, 2008, p. 137).

A realidade objetiva de vivência e por consequência, de se envelhecer, se depara com políticas públicas por vezes generalistas, que não levam em consideração que se cada pessoa tem seu modo de ser, por que envelhecer deveria ser igualmente vivido? Colocam o envelhecimento de forma dissociável da vida que o indivíduo levou, dos condicionantes impostos socialmente e de tantos outros fatores que influenciam nessa jornada. Portanto, políticas públicas devem ser elaboradas pensando no todo, considerando o envelhecimento como fenômeno influenciado por condições biopsicossociais, e que esse só ocorrerá de forma digna quando a pessoas idosas conseguirem realmente acessar todos os seus direitos.

Tendo as relações sociais influência direta do Estado em conjunto com o capital, esses são marcados por profundas contrariedades em que se tem projetado na família a responsabilidade de protetora e prestadoras de bens e serviços. No entanto, esse discurso valorizador da família faz parte do discurso neoliberal, uma vez que os indivíduos estão cada dia com mais dificuldade em prover seu sustento, não há empregos suficientes e os ofertados, como já colocado, são de extrema exploração, “é pura retórica, à medida que tem significado deixar a família à sua própria sorte, obrigando-a a buscar os serviços no mercado ou perecer na pobreza, para os incapazes de pagar pelos serviços.” (TEIXEIRA, 2008, p. 269).

Por vezes é no ambiente familiar que a violação de direitos ocorre, de forma

invisível para a sociedade, com ameaças, retaliações e como a voz da pessoa idosa dificilmente é escutada socialmente como deveria ser, são marginalizadas pelo simples fato de não corresponderem mais ao que é cultuado e reproduzido, de modo que se calam, guardando para si as humilhações, vergonhas e dores da violência sofrida. Uma população que perde sua voz ao passo que perde seu valor de mercado, não interessa mais para a parte econômica. Então lhe é dado o posto de fardo, mas isso não é destino de todos, mas para a classe que não possui meios de comprar mercadorias, que esteve sobrevivendo não tendo seu futuro como pauta de preocupação, mas quando esse futuro chega, se depara com o que lhe é dado, migalhas em políticas, em atenção familiar, medo de violência, de ser esquecido em uma instituição, de não ser visto como digno de direitos enquanto ser humano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, ainda que crescendo exponencialmente no mundo, o envelhecimento da população não vem sendo reconhecido como deveria, as desigualdades e exclusões marcadas pelo ideário neoliberal e reproduzidas por gerações refletem diretamente na velhice dos indivíduos. A emancipação de outrora que o trabalho proporcionava já não ocorre, e a classe trabalhadora é quem mais sofre, sendo tratados como mercadorias e descartados de maneira perversa quando perdem seu valor de uso.

Aliados a isso, o cidadão se depara com a indiferença de um Estado omissivo, que se desresponsabiliza de suas obrigações e segue as regras de “quem pode mais”, no caso, o capital. São situações que violam direitos e são abafadas em um cotidiano que não permite se pensar sobre o tempo é constantemente expropriado.

Não se deve pensar na velhice somente quando esta chega, e como estamos nos portando com quem está envelhecendo? Há reflexões cotidianas de como a vida é expropriada pelo capital? Reconhecemos no outro um ser humano digno de direitos e que é retrato do que nos aguarda? Fazemos parte da porcentagem que vê e trata a pessoa idosa como estorvo? Ou a pessoa idosa é vista com carinho e respeito? O que fazer para mudar o cenário de desmontes de políticas públicas, em específico para as pessoas idosas?

Apenas alguns questionamentos para refletir sobre as próprias ações

realizadas com quem envelhece, as quais podem revelar-se ainda que de forma inconsciente, reproduzir o estigma da velhice, ou causar indignação e um novo comportamento para mudança de atitudes com quem está envelhecendo. Se faz necessário um olhar mais atento com as atitudes advindas de poder público pela sociedade, cobrar o que é de direito e se permitir envelhecer, encarando a velhice como mais uma fase a ser vivida, que merece de fato ser vivida e respeitada como um todo pelo restante da população e pelo próprio Estado. Não havendo a devida atenção política para a pessoa idosa, faz-se necessário a luta para a cobrança de um processo de envelhecimento com dignidade e respeito, para que as normativas legais existentes, muitas das quais fruto do movimento dos trabalhadores sejam implementadas e implantadas, além da incorporação de novas reivindicações da classe trabalhadora nesta área.

REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003. P. 222.

BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Tradução: Maria Helena Franco Martins. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. *Suicídio: saber, agir e prevenir*. Boletim Epidemiológico. Brasília, DF: 2017c, v. 48, n. 30. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2017/setembro/21/2017-025-Perfilepidemiologico-das-tentativas-e-obitos-por-suicidio-no-Brasil-e-a-rede-de-atend-ao-asa--de.pdf>.

ENGELS, F. *O Papel do trabalho na transformação do macaco em homem* (1876). Revista Trabalho Necessário, v. 4, n. 4, 12 dez. 2006.

FERREIRA, Ana Paula; TEIXEIRA, Solange Maria. *Direitos da pessoa idosa: desafios à sua efetivação na sociedade brasileira*. Argumentum, Vitória (ES), v. 6, n.1, p. 160- 173, jan./jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação*. População, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html>. Acesso em: 24 ago. 2021

Fundação Oswaldo Cruz- Fiocruz – Ministério da Saúde, Brasil. *Covid-19: pesquisa analisa impacto da pandemia no trabalho e renda da pessoa idosa*. 2020. Disponível

em: Covid-19: pesquisa analisa impacto da pandemia no trabalho e renda da pessoa idosa (fiocruz.br). Acesso em: 07 set. 2021

GUERRA, Yolanda. Transformações societárias e Serviço Social: repercussões na cultura profissional. In: AMARAL, Angela; MOTA, Ana Elizabete (Org). *Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, pejejas e desafios*. Editora UFP, Recife, 2014, p. 45-62.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de. MIOTO, Regina Célia Tamaso. *Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica*. Florianópolis, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: O Desafio da Pesquisa Social. In: *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9 – 27.

MOTA, Ana Elizabete. A centralidade da assistência social na Seguridade Social nos anos 2000. In: *O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 133-146.

NERI, Anita Liberasso. *Feminização da velhice*. In: NERI, Anita Liberasso Neri. *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, SESC SP, 2007, p. 47-64.

PAIVA, Sálvea de Oliveira Campelo e. *Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do Serviço Social*. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

PEREIRA, Amazoneida Pereira Potyara. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. P. 87-108. In: BOSCHETTI, Ivanete et al. *Política social no capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo, Cortez, 2008.

PODER360. Conheça a faixa etária dos mortos por covid no Brasil e em outros países. Poder360, [S. l], 9 nov. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/internacional/conheca-a-faixa-etaria-dos-mortos-por-covid-no-brasil-e-em-outros-paises/> Acesso em: 26 nov. 2021.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil** / Solange Maria Teixeira. São Paulo: Cortez, 2008. p. 326.

TORRES, Mabel Mascarenhas. (2020). O trabalho do assistente social com pessoas idosas: competências e demandas em debate. In: TEIXEIRA, S. M (org.). Serviço

Social e Envelhecimento. Teresina, PI: EDUFPI, p. 46-73.

ZIMERMAN, G.I. Velhice: aspectos biopsicossociais / Guite I. Zimerman. Porto Alegre. Artes Médicas Sul, 2000.

,

,